

Foi João Francisco dos Santos Maia, escriturário da Conservatória do Registo Civil de Almada, nomeado para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Vila Velha de Ródão (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi José Alexandre Monteiro Fernandes Lousado, escriturário da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, nomeado para idêntico lugar do 1.º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Josefina Maria dos Santos Oliveira Murraças, escriturária do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, nomeada para idêntico lugar da 2.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Manuel António da Rocha Pereira, escriturário superior da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Sintra, nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria Clara de Freitas Genízio Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Predial de Portimão, nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Lagoa (Algarve) (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria de Fátima Gomes Ferreira Marques da Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Cascais, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria de Jesus Afonso da Conceição Maia, escriturária superior da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Almada, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Castelo Branco (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria José Correia Prova, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial do Crato, nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Monforte (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria José Mesquita Cardoso Fernandes, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Miranda do Douro (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria José Parreira Anastácio Vaz, escriturária do Cartório Notarial de São Brás de Alportel, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Faro (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria José Pinhão Espada Piloto, escriturária da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Oeiras, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Alcobça (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Maria Otilia Oliveira Guilherme, escriturária da 2.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa, nomeada para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Neuza Maria Soares de Carvalho Almeida Cardoso Alves, escriturária da Conservatória do Registo Civil do Barreiro, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Almada (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Olandina Carla Rocha de Carvalho, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Vila Nova de Famalicão, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Braga (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Palmira da Graça Pinhão, escriturária superior da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Rogério Augusto de Andrade Ferreira, escriturário superior da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa, nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Sandra Maria da Silva Pinto, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Águeda (mantendo o mesmo índice

e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Sílvia Cristina Magno Pinto, escriturária da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Boticas (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Sónia Cristina Teixeira Henriques, escriturária do Cartório Notarial do Crato, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Predial de Nisa (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Susana Saraiva Azevedo, escriturária da 3.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, nomeada para idêntico lugar da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Porto de Mós (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Vidália Maria Fernandes Salvador Pereira Alberto, escriturária do Cartório Notarial de Albufeira, nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil de Olhão (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

Foi Vítor José Duarte Aragoa, escriturário da Conservatória do Registo Civil do Barreiro, nomeado para idêntico lugar da 1.ª Conservatória do Registo Predial de Almada (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

8 de Agosto de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 17 033/2006

Por despacho da directora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, do Ministério da Justiça, de 21 de Julho de 2006 e por despacho da presidente do Instituto de Reinserção Social, do Ministério da Justiça, de 1 de Agosto de 2006, foi autorizada a transferência da licenciada Maria Amélia da Costa Louro Vera Jardim, assessora principal do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, do Ministério da Justiça, para o quadro de pessoal do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, do Ministério da Justiça, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2006. — A Directora-Adjunta, *Maria João Morgado Costa*.

Serviços Sociais

Despacho (extracto) n.º 17 034/2006

Por meu despacho de 3 de Agosto de 2006, no âmbito de delegação de competências, foram nomeados, precedendo concurso interno de acesso condicionado, os seguintes funcionários destes Serviços Sociais:

Da carreira assistente administrativa, Maria Emília Rocha Pedro, para lugar de assistente administrativo principal do mesmo quadro.

Da carreira técnica superior, Ana Paula Andrade Spencer, para lugar de técnico superior de 1.ª classe, e Rogério Paulo Cruz Gomes Vigário Matos, para lugar de técnico superior principal do mesmo quadro.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Agosto de 2006. — O Vogal do Conselho de Direcção, por delegação de competências, *João Carlos Ouro Sardinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinetes dos Secretários de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 17 035/2006

Por ter saído com inexactidão, determina-se rectificar o disposto nos parágrafos 6.º e 7.º do preâmbulo do despacho conjunto

n.º 490/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2006, nos termos seguintes:

Onde se lê:

«Considerando que o projecto de plano de pormenor apresentado pela autarquia de Alcácer do Sal para a ADT2 — Comporta prevê a realização de dois campos de golfe, quatro unidades hoteleiras de 4 e 5 estrelas (hotéis e apart-hotéis) e três aldeamentos turísticos com capacidade para 1750 camas turísticas e 250 lotes de moradias com capacidade para 1500 camas residenciais;

Considerando que o projecto de plano de pormenor apresentado pela autarquia de Grândola para a ADT3 — Carvalhal prevê a realização de seis unidades hoteleiras, hotel-apartamentos com capacidade para 1900 camas, aldeamentos turísticos com capacidade para 3800 camas e ainda um campo de golfe de 18 buracos;»

Deve ler-se:

«Considerando que o projecto de plano de pormenor apresentado pela autarquia de Alcácer do Sal para a ADT2 — Comporta prevê a realização de dois campos de golfe, quatro estabelecimentos hoteleiros de 4 e 5 estrelas (hotéis e apart-hotéis) e três aldeamentos turísticos com uma capacidade total máxima de 3500 camas turísticas e 250 lotes de moradias com capacidade para 1500 camas residenciais;

Considerando que o projecto de plano de pormenor apresentado pela autarquia de Grândola para a ADT3 — Carvalhal prevê a realização de seis estabelecimentos hoteleiros (hotéis e apart-hotéis) e aldeamentos turísticos com uma capacidade total máxima de 5700 camas turísticas, um campo de golfe de 18 buracos e ainda 1898 camas residenciais;»

20 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Departamento de Prospectiva e Planeamento

Aviso n.º 8796/2006

1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, torna-se público que, por meu despacho de 24 de Julho de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República* e da publicitação na bolsa de emprego público, procedimento concursal para o provimento do cargo de director do Núcleo de Administração (equiparado a director de serviços) do Departamento de Prospectiva e Planeamento, aprovado pela Lei n.º 4/95, de 17 de Janeiro.

2 — Áreas de actuação — Núcleo de Administração do Departamento de Prospectiva e Planeamento, previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 4/95, de 17 de Janeiro.

3 — Requisitos legais — os requisitos são os previstos na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, artigo 20.º, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

4 — Perfil exigido — licenciatura em Gestão ou área equivalente, Direito — experiência em funções de chefia; bons conhecimentos do enquadramento legal da execução da despesa pública, de gestão de pessoal, de gestão patrimonial e dos respectivos suportes informáticos (SIC, SRH, etc.).

5 — Composição do júri:

Prof. Doutor João Eduardo Gata, director-geral.
Dr.ª Maria Manuela Proença, subdirectora-geral.
Dr.ª Maria José Oliveira Cruz, directora de serviços.
Professor Paulo Lopes Henriques, designado pelo ISEG.

6 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a aplicar são os seguintes: avaliação curricular, entrevista profissional de selecção e realização de uma fase final de entrevistas públicas.

7 — Local — o local de trabalho situa-se na Avenida de D. Carlos I, 126, 1249-073 Lisboa, onde funciona o Departamento de Prospectiva e Planeamento.

8 — Formalização da candidatura — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao director-geral do Departamento de Prospectiva e Planeamento, Avenida de D. Carlos I, 126, 3.º, 1249-073 Lisboa, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, sob registo, com aviso de recepção.

O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- Documento das habilitações literárias exigidas;
- Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem, devidamente actualizada e autenticada, que comprove a categoria de que

o candidato é titular, o vínculo à função pública, a natureza inequívoca do mesmo e o tempo de serviço, contado até ao termo do prazo de admissão ao concurso, na categoria, na carreira e na função pública;

- Fotocópia do bilhete de identidade;
- Outros documentos considerados relevantes para o exercício do cargo a prover.

24 de Julho de 2006. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Aviso n.º 8797/2006

1 — A Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, sita na Rua de São Julião, 63, 1149-030 Lisboa, recorrendo aos instrumentos de mobilidade previstos no Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, pretende admitir, por requisição, um funcionário com a categoria de assistente administrativo ou assistente administrativo principal ou assistente administrativo especialista com conhecimentos na área de expediente geral.

2 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

3 — Os eventuais interessados deverão, no prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, apresentar os seus pedidos, mediante requerimento dirigido à directora-geral do Desenvolvimento Regional, a enviar para a morada acima indicada, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação;
- Habilitações literárias e profissionais;
- Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, e ainda menção expressa da categoria, serviço a que pertence e antiguidade na actual categoria, carreira e na função pública.

4 — A selecção ficará dependente de entrevista a realizar com os candidatos, os quais serão oportunamente contactados por telefone ou ofício.

7 de Agosto de 2006. — O Director-Geral, *José Soeiro*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes

Despacho n.º 17 036/2006

Por despachos de 15 de Março e 26 de Julho de 2006 do director regional de Agricultura de Trás-os-Montes e do secretário-geral do Ministério da Saúde, respectivamente, foi autorizada a transferência para o quadro da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes com a mesma categoria e carreira de Carlos Luís Clemente Sousa, especialista de informática, nível 1, grau 3, da carreira de especialista de informática, e Rosa Maria Costa Gaspar Clemente Sousa, técnica superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior, ambos do quadro de pessoal do ex-Departamento de Modernização e Recursos da Saúde. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2006. — Pelo Director Regional, o Subdirector Regional, *António M. S. R. Graça*.

Laboratório Nacional de Investigação Veterinária, I. P.

Despacho n.º 17 037/2006

1 — Considerando a necessidade de imprimir maior celeridade às decisões administrativas com base num sistema de desconcentração de poderes e de maior eficácia dos serviços, privilegiando-se a responsabilidade dos dirigentes e o controlo pelos resultados, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 4 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º do Código do Procedimento Administrativo e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do despacho n.º 8914/2006 (2.ª série), do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 78, de 20 de Abril de 2006, delegeo e subdelego no professor-adjunto Doutor Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça, subdirector deste Laboratório Nacional, a competência